



GEOGRAFIA E TRABALHO NO SÉCULO XXI: OS LIMITES PARA A COMPREENSÃO DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL*

Antonio Thomaz Júnior

Departamento de Geografia/FCT/UNESP/Presidente Prudente

Bom dia a todos. Para mim, é um prazer muito grande estar aqui.

Eu gostaria de fazer duas lembranças. A primeira, de fato, é um agradecimento especial pelo convite, a que jamais poderia me furtar a aceitar. A segunda lembrança é que eu estou seguro de que vim para João Pessoa para rever amigos, companheiros, colegas de trabalho, ex-orientandos (Maria Franco e Lima), que fazem parte do meu universo relacional e profissional e são pessoas muito queridas.

Eu também venho aqui e revejo a Emília, o Pedrão, a Fátima, o Araçatuba, um motivo muito especial para estar agradecendo e fazendo o registro. E, também, dessas lembranças todas, eu não poderia deixar de destacar o prazer muito grande de estar aqui e rever o meu amigo Pedro Viana, pois a gente se conhece há 27 anos, de trabalho conjunto nas trincheiras da AGB.

Bem, eu estou fazendo essas lembranças todas para dizer-lhes que, da parte de vocês, foi uma generosidade muito grande terem me convidado, porque, assim como eu, há outras pessoas que também estão batalhando, estão construindo os seus pensamentos, os seus ideais. Contudo, eu tenho que reconhecer, humildemente, que venho tentando construir também algumas referências na Geografia. Posso asseverar-lhes que jamais conseguiria alcançar o que nós estamos alcançando, se não fosse o trabalho em equipe.

É importante destacar esse aspecto, porque eu me envolvo 24 horas por dia com o que eu faço, mas jamais conseguiria refletir sobre os assuntos em que estou envolvido, se não fossem as pessoas que compõem o Grupo de Pesquisa que eu tenho a felicidade de coordenar: o Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT). Estou trazendo publicações do Editorial Centelha, ou seja, alguns números da Revista Pegada, que é o nosso periódico, e do Volume II do livro Geografia do Trabalho no século XXI. Estejam certos de que, ao adquirir qualquer um desses exemplares, estarão nos ajudando a publicar os próximos números da Revista e o volume III do livro, pois é assim que a gente faz. É uma estratégia de pobre, porém é assim que a gente está conseguindo fazer as coisas.

* Aula Magna da abertura do ano letivo de 2007, do Curso de Pós-Graduação em Geografia da UFPB. Este texto foi transcrito por Aline Barboza de Lima, corrigido e autorizado para publicação pelo autor. O Autor reserva os direitos de reprodução do texto à Comissão Editorial da Revista OKARA.

Na verdade, o CEGeT se compõe de um conjunto de pesquisadores, desde garotos que estão nas séries iniciais do Curso de Graduação, da Pós-Graduação (mestrado e doutorado, incluindo estudantes estrangeiros), e de colegas que, mesmo depois de defender seus trabalhos, permanecem conosco. Eu tenho a felicidade de dizer a vocês que nós tivemos, ao longo da nossa trajetória, colegas que hoje são companheiros de trabalho, que começaram comigo desde o início da graduação e hoje são doutores, professores do Ensino Médio, de Universidades Estaduais, Federais, Centros de Pesquisa. É por isso que eu encho a boca para dizer que este é um trabalho em equipe, porque todos vão acrescentando, vão colocando questões, e o aprendizado se faz presente.

O que eu trago para vocês hoje aqui é um conjunto de questões que eu estou tentando sistematizar, para lhes apresentar, muito mais na perspectiva de dizer o que é que nós estamos conseguindo pensar, do que o que vocês poderiam imaginar que eu tenha me deslocado para cá para dizer-lhes que a Geografia do trabalho é o bicho. A Geografia do Trabalho não é o bicho, é apenas um conjunto de posicionamentos, de idéias que estão sendo consolidadas a partir dos resultados de pesquisa.

Bem, a primeira questão que eu quero trazer para vocês é a seguinte: quando estamos tratando de Geografia do trabalho, de temas que conseqüentemente compõem essa formulação, por onde começar? Do que estamos tratando? Quais são os roteiros? Enfim, as questões, os caminhos que poderíamos explicitar, para que todos pudessem pensar o que está se fundamentando no âmbito Geografia do Trabalho? Eu estou sugerindo que, para nós, o principal é podermos fazer parte da discussão, de como se encontra, quais são os diferentes elementos de realidade do que nós chamamos aqui de trabalho e de classe trabalhadora no Brasil. Esses são os dois principais elementos, de sorte que a gente não está tentando, vamos dizer assim, contribuir com o debate para evitar que as pessoas identifiquem a gente e digam: “aquele povo lá é da Geografia do Trabalho” – isto é, trabalhar para que nosso trabalho não seja reconhecido como mais uma gaveta na Geografia. E essa é uma crítica que sempre foi feita a mim e, em algumas situações, eu levei a sério, em outras não, porque, nesses momentos, sobretudo, as pessoas imaginam que você tem que ser reconhecido por mais uma gaveta (fragmentação das áreas de especialização), e eu não quero ser reconhecido por gaveta nenhuma, se é que eu tenho que ser reconhecido, mas sim por conta da contribuição, da latitude da contribuição que a gente está apresentando ao debate e não por conta das identidades das gavetas.

Assim, a gente tenta dar conta da categoria e do conceito de trabalho. O que é o trabalho? Nós estamos falando do quê, exatamente? E a classe trabalhadora? Nós temos que tentar deixar claro isso para o interlocutor, porque senão ele não tem condição de se posicionar diante dessas idéias e apresentar suas sugestões e críticas. E isso tudo nos leva necessariamente a percorrer alguns caminhos, no âmbito do que eu chamo aqui da trama social da luta de classe, que exige de nós adotar um conjunto de normas, de atributos, de teorias, de conceitos, de categorias. No entanto, estamos referenciando nossos aprendizados, ancorados,

portanto, na autonomia intelectual e na autocrítica, como forma de fundamentarmos nossa interlocução no âmbito do marxismo e não abraçarmos um receituário de proposituras que não explicam/sustentam os processos e as contradições da realidade do trabalho e da classe trabalhadora no Brasil, neste início de século XXI.

Vocês sabem que, na Universidade, há algum tempo, sobretudo depois que caiu o muro, aquela coisa toda, nos ano 1990, todos nós fomos convidados ou preparados a não falar sobre isso. Quando o fizemos, éramos tachados de dinossauros, inclusive eu me auto-apelei de *Thomassauero*, sem nenhum constrangimento, ou seja, ou a gente abraça aquilo que acreditamos/pensamos ou então o interlocutor não “bota fé” em nós.

Nesse sentido, esses elementos todos me levam necessariamente a dizer a vocês que estamos buscando, nas nossas pesquisas, nos projetos, sejam eles em nível de graduação, sejam eles em nível de pós-graduação, compreender o que se passa no universo do trabalho. Estamos, de fato, tentando “enfiar a mão na cumbuca”, como se fala em São Paulo, para tentar desvendar as tramas sociais e geográficas da luta de classes.

Muito bem... E essas formas concretas de trabalho, que constituem a pesquisa no dia a dia que nós fazemos: a Emília acaba de me contar, a título de exemplo, que está fazendo uma série de incursões, nas proximidades aqui de João Pessoa, para acompanhar o objeto de pesquisa dela, nos finais de semana, buscando elementos, procurando informações para refletir sobre algumas especificidades desse tal mundo do trabalho que a gente carimba e denomina enfaticamente, seja com que recorte for.

Por conseguinte, nós não estamos inventando nem a roda nem o fogo, porém estamos tentando compreender as formas concretas de externalização do trabalho que se materializam nos campos e nas cidades. É o que nós estamos chamando de lutas de classe, é o que de maneira imediata conseguimos compreender, quando estamos focando, por exemplo, trabalhar com o campo, o que está acontecendo com os camponeses e com a estrutura da produção familiar, com os assalariados, com os descumprimentos (dos contratos de trabalho, da legislação trabalhista, ambiental etc.), que o capital se especializa em materializar, há 500 anos, neste país. E, se a gente estiver se deparando com as cidades, há uma série de especificidades que nos levam a pensar, hoje, a realidade, como, por exemplo, o que denominamos, em São Paulo, de camelotagem, ou seja, uma forma específica de inserção e organização do trabalho nas grandes e médias cidades paulistas, sobretudo na capital e na área metropolitana. Um conjunto de mediações sociais, políticas e geográficas põe em questão o camelo enquanto um elemento vivo da classe trabalhadora.

Isso significa que nós estamos procurando entender a ação sindical, das centrais sindicais, dos movimentos sociais e das organizações supra-sindicais, para identificar de que maneira, nesse circuito, nós podemos compreender o

posicionamento que essas instâncias de organização estão apresentando e como estão defendendo plataformas, planos de luta, para fazer com que suas intervenções se aproximem da classe trabalhadora. Em algumas pesquisas, a gente está diagnosticando que os sindicatos estão há anos-luz dessa rota; por outro lado, há instâncias de organização, como o Movimento Sem-Terra, no Sul do país, a Conlutas, o MPA, o MAB, que estão sintonizados em buscar alternativas para a classe trabalhadora.

Não sei se vocês estão me entendendo, mas é um universo de pesquisa que se compõe de diferentes assuntos, diferentes recortes, mas o nosso objetivo é tentar compreender, com alguma autonomia intelectual, com independência, qual a magnitude da abrangência das diferentes formas de existência do trabalho. Eu, por exemplo, sou corintiano até morrer: creio que a gente tem que ter compromisso com aquilo que a gente faz. Estamos querendo dizer que o nosso meio de discussão não é o campo, não é a cidade, mas sim o trabalho, nas suas diferentes formas de externalização. Nosso mergulho de pesquisa, a nossa contribuição, por mais limitada que seja – porque realmente tem muita limitação mesmo –, deve nos levar a compreender o que é que o trabalho diante de um conjunto de relações, que fazem com que o trabalho se expresse enquanto elementos que juntam dados da natureza, que juntam dados e conteúdos da sociedade, que historicamente são materializados nos lugares, nos diferentes lugares. Assim, uma coisa é você entender como que se dá, por exemplo, a relação material de trabalho no corte da cana, na Paraíba, outra coisa é você compreender como que se dá a relação material do trabalho no corte da cana, em São Paulo.

De fato, apesar de manter as diferenças, é corte de cana, é trabalho inserido no corte de cana, todavia, se nós, sobretudo como geógrafos, não soubermos enfatizar as singularidades que existem nos lugares e teoricamente trabalhar com os instrumentos intelectuais com que nós todos e a ciência de maneira geral lida, que são os conceitos, que são as categorias, efetivamente nós vamos passar uma mensagem para o nosso interlocutor de que no mundo é tudo igual. E, nesse caso, o nosso interlocutor vai achar que nós somos loucos ou mentirosos – alguma coisa parecida com isso –, porque existe um conjunto de diferenças, as quais, do ponto de vista do conhecimento científico, temos condições de entender e de ajudar a nele intervir. Eu não sou daqueles que pensam: “Ah o mundo é tão difícil, tão complicado, que não temos condições de entender, então vamos esticar as pernas e tomar cerveja e comer amendoim”. Vamos tomar cerveja e vamos comer amendoim, todavia, vamos produzir, ajudar a produzir conhecimentos, entendimentos capazes de ajudar a transformar essa barbárie que reina no mundo em que nós vivemos.

Nós aprendemos algum dia, nos bancos escolares, que o conhecimento científico e, em particular, a ciência, é o conhecimento mais refinado que existe e que é capaz de tudo por ser muito poderoso, não é? E eu não estou discordando de que ele é poderoso, ao contrário; todavia ele não é único e é isso que eu quero dizer para vocês: o conhecimento científico não é único, de maneira que, se

continuarmos a defender a idéia de que, pelo fato de manusearmos um conjunto de técnicas, de procedimentos, de habilidades intelectuais que nos permitem fazer a interação, ou muitas vezes estabelecer vínculos e defender teses tentando mostrar os vínculos entre os conceitos, quais são as referências conceituais que nós buscamos? Nós fazemos tudo isso, provamos para nós mesmos, aos nossos interlocutores, que, inclusive, porque o elemento mais central, enquanto contribuição do conhecimento científico, é que ele é capaz de explicar exatamente aquilo que a gente não vê e, provando para o nosso interlocutor que não existe mãe Dinah na parada, não tem pajelança, é ciência – e, então, a gente enche o peito?

Falar tudo isso e não conseguir compreender o que o nosso interlocutor está querendo dizer; mais ainda, nós produzimos os nossos trabalhos, as nossas teses, as dissertações, seja lá o que for, e depois também não temos como dialogar com o nosso interlocutor, pois, na grande maioria das vezes, esses interlocutores não sabem ler e nós imaginamos que, quando fazemos uma tese, escrevemos 500 páginas – foi mais ou menos isso que eu escrevi no meu doutorado – temos a ilusão de que as pessoas com quem você dialogou, com quem você se relacionou, elas vão ler seu texto? Essas pessoas não vão te ler, não porque elas não querem ler, é porque muitas vezes elas não sabem ler. Bem, não quero criar falas polêmicas.

O que eu estou querendo discutir com vocês, com todas as palavras, é que nós temos que, na minha humilde opinião, “descer do salto”, sabem? Essa expressão, acho que todos entendem, ou seja, todo mundo começa a “andar de salto alto” – “eu sou cientista”, começa a usar gravata – e eu não tenho absolutamente nada contra gravata: é apenas uma expressão para tentar mostrar para vocês que a gente pode se utilizar de uma série de subterfúgios, de discurso, de retórica propriamente, para, inclusive, passar para as pessoas que trabalham conosco, aquilo que a gente chama de orientandos, um conjunto de referências inapropriadas, de modo que nós estamos “dando um tiro no pé”. Por quê?

Porque, quando nós falamos que o nosso interesse é participar ativamente de um debate que se põe para uma comunidade de interessados, para os trabalhadores, para os movimentos sociais, para que a gente acrescente elementos críticos, mas, sobretudo, que saibamos fazer autocrítica, para compreender o sistema da sociedade de classes e não “darmos moleza para o capital”, ou seja, apresentarmos um discurso qualificado, de crítica radical à sociedade do capital, então nós temos que mudar o nosso posicionamento. Não vale a pena, eu diria para vocês, com toda tranquilidade e humildade, a gente querer ser marxista e se posicionar de forma elitista. Eu acho que são coisas que não comungam os mesmos verbos, os mesmos adjetivos e substantivos; nós temos que mudar, porque o nosso discurso é incompreensível para os nossos sujeitos de pesquisa. Tentar compreender o tecido social, a classe trabalhadora, fazer a crítica radical a esse sistema imperante que exclui, que leva as pessoas à fome, à exclusão, em nome de uma série de atributos e de idéias, que muitas vezes nós não partilhamos, porém, como vivemos no âmbito universitário/acadêmico, nos

sentimos com as mãos atadas, imobilizados. Eu também vivo nesse ambiente, também vivo os limites, vivo com as mãos atadas, todavia, não podemos perder de cena a preocupação de que, neste mundo em que nós vivemos e como nós fazemos opções, nessa tomada de posição, nós não podemos, por exemplo, descartar a autocrítica. Todo cientista (eu vou dizer no geral, depois se vocês quiserem debater estarei à disposição), enfim, todos nós que vivenciamos a produção do conhecimento, os requintes do conhecimento científico, não temos abertura para a autocrítica.

Até parece uma redundância, já que praticar/exercitar o conhecimento científico é praticar a crítica, no entanto, temos dificuldade para fazermos a autocrítica. E eu digo para vocês, como sou um sujeito cara de pau – e sou cara de pau também para dizer-lhes que, depois que comecei a perceber que muito pouco dos resultados que alcançamos com as nossas pesquisas chegam para os nossos sujeitos, é preciso mudar nosso posicionamento. Se nós também queremos que os produtos que nós oferecemos para a comunidade cheguem para um conjunto maior de pessoas, nós temos que mudar o nosso posicionamento. Não dá para continuar imaginando que o discurso elitista que a gente faz, via de regra excludente, não está impossibilitando que a nossa comunicação se efetive, pois as vaidades e os interesses pessoais prevalecem, de modo que todas as estrelas para o nosso ombro, e o que caracteriza a qualificação/dedicação dos pesquisadores é se é doutor disso, disso ou daquilo, se fez pós-doutorado não sei onde, enfim, a gente não consegue mais dialogar, porque os títulos e as honrarias estão à nossa frente.

Eu penso que, do ponto de vista da crítica mais simples e direta, que é o que eu estou tentando dizer a vocês, nós temos que mudar o nosso posicionamento, senão a gente não vai conseguir aprender com ninguém, e especialmente o que a gente acredita que é importante também não vai ser importante para ninguém. No máximo, poderá ser importante para nós; nesse caso, a gente vai engordando o Lattes – numa expressão cunhada por mim, para atribuir ao primarismo dos currículos em tempos neoliberais – e achamos que estamos “dando conta do recado”.

Então, do que estamos tratando exatamente? Nós estamos lidando com uma constatação mudança nas formas de expressão do trabalho estranhado. Olhem bem: até agora nós estávamos falando de trabalho e, agora, de trabalho estranhado, porém quero pedir-lhes que não estranhem isso, não se estranhem com isso. Com trabalho estranhado, eu estou querendo refletir com vocês sobre o trabalho que está absolutamente envolvido na engrenagem mercantil. É o trabalho que está sendo consumido para produzir mercadorias, em outras palavras é isso, o que nós temos, diante de um mundo que é constantemente rearranjado, modificado para atender às necessidades específicas e concretas do capital, para atender às demandas do processo de sua reprodução ampliada, do capital. Em outras palavras, o trabalho é rearranjado em sua essência, são vários elementos que cotidianamente são apresentados na nossa realidade de pesquisa, de sorte que eu posso dizer a vocês, com tranquilidade, que em muitas cenas, em muitos quadros

da realidade, a gente tem dificuldade até para enquadrar essas realidades todas que vão sendo modificadas, sendo exatamente esse ingrediente da realidade que tem trazido, para mim, em particular, muitas preocupações.

Vejamos, se eu estou me esforçando para entender o que está acontecendo com o trabalho e com a classe trabalhadora, eu não tenho condições de apreender esse processo a partir das evidências mais marcantes das mudanças em curso, ainda apegados a um conjunto de pressupostos teóricos, políticos, ideológicos que nos possibilitaram e possibilitam entender uma série de fatos. Contudo, a gente percebe que essas referências, esses elementos estruturantes do discurso científico/acadêmico, em determinadas circunstâncias, não nos estão permitindo compreender as contradições e os desafios de agora, do nosso tempo.

Ou fazemos uma revisão profunda desses posicionamentos ou todo nosso envolvimento com pesquisa e os resultados que estamos apresentando estarão seriamente comprometidos e limitados às repetições e revisões bibliográficas que, definitivamente, não podem se restringir a si mesmas. É o caso de ponderarmos que a insistência nos roteiros e modelos de interpretação não nos permite entender os reais significados (sociais, políticos, econômicos, ideológicos, geográficos) da existência de um José Antônio da Silva, uma pessoa fictícia, que, das 6h da manhã até às 19h, trabalha em serviços gerais do ambiente urbano, das 20 h até às 5h da manhã, ele é camponês, sendo que acumula universos distintos, do ponto de vista das atividades metabólicas do capital e, conseqüentemente, subjetividades e identidades de classe também distintas.

Assim, você olha para o José Antônio da Silva. Como é que eu vou entender esse fulano ou a realidade social que ele vivencia? Se ele tiver registro em carteira, então poderemos encontrá-lo nas estatísticas do CAGED, e vocês sabem, são as informações que revelam a realidade dos assalariados, no Brasil, com registro, disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho. Poderemos fazer gráficos, tabelas, mas, como compreender sua realidade como camponês? E, se ele estiver envolvido diretamente em um movimento social organizado, como poderia ser o MST, o MLST, o MAB, o MPA, ou uma série de tantos outros? Muito bem, então a gente vai tentar compreender essa mesma pessoa em duas circunstâncias diferentes; agora, vocês imaginem também, para complexificar a situação, se esse companheiro está vinculado a um conjunto de atividades no setor urbano, no ramo informal, o que exemplifica a informalidade, como saberemos a existência desse sujeito, onde nós vamos buscar essa informação para entender o perfil daquele trabalhador? Em nenhum lugar.

Ora, se ele não tem carteira de trabalho assinada, não tem registro, portanto, ele não faz parte de nenhuma categoria sindical. Não obstante, ele continua tendo uma inserção no campo, de maneira que vou tentar entender só metade dele, enquanto a outra metade eu não sei o quê é. E a gente se deparando com essa realidade, insistindo que nós queremos entender a realidade do trabalho, as diferentes formas de expressão do trabalho, enfim, se eu conseguir entender somente a metade?

Em meio a tantas limitações, vocês acham que a gente “dorme em paz”? Descontraindo a conversa, você sabe que a gente está entendendo somente a metade daquele fulano e a outra metade você não faz nem idéia. O que fazer dela? Nós nos gloriamos do discurso com que expressamos nossas posições sobre o trabalho, com base nesses ou naqueles autores, e, apesar de tudo, o que conseguimos entender e explicar?

No fundo, o que eu estou querendo dizer para vocês, com base no andamento das pesquisas, ouvindo atentamente os relatos dos meus colegas, dos outros pesquisadores, em especial, das pesquisas que tenho orientado, é que percebo que nós não estamos conseguindo entender as complexas tramas sociais que envolvem essas diferentes realidades do trabalho, no Brasil, e, conseqüentemente, por via de conseqüência, não conseguiremos ou não conseguiríamos efetivamente qualificar as nossas preocupações políticas, científicas e intelectuais para discutir a classe trabalhadora, porquanto somente entenderíamos parte da classe trabalhadora. A situação se complexifica ainda mais, porque, a despeito dessas dificuldades todas, nós temos um debate, do ponto de vista científico, hoje muito mais científico do que político, ideológico, que ainda não faz parte do debate partidário, por exemplo: quem é a classe trabalhadora? Quem faz parte da classe trabalhadora?

Essa é uma discussão, por exemplo, que, na Geografia (a Emília, que pesquisa esse assunto há muitos anos, corrija), não existe; eu, pelo menos nunca, testemunhei esse debate, mas tenho aprendido muito com os colegas das outras áreas que têm sido muito generosos e estendem as mãos. Eu tenho humildade suficiente para admitir: vamos lá, vamos aprender juntos. E, até agora, em vista das minhas limitações intelectuais, que são muitas, eu não fui capaz de compreender, com mais precisão, como a gente poderia qualificar melhor essa discussão, para fazer com que o nosso interlocutor, o nosso estudante, a pessoa com quem trocamos relações (de amizade, de aprendizado, na militância política) compreendam.

Eu posso dizer para vocês o seguinte: camponês faz parte da classe trabalhadora? Se você estiver em um nicho de debate que tenha como perfil um conjunto de identidades políticas e ideológicas, não vão aceitar tal formulação; por outro lado, se você estiver participando de um conjunto de discussões, estiver comungando com algumas pessoas que efetivamente defendem que o camponês é uma classe, em particular, a classe camponesa, então você não tem elementos para compreender a realidade da classe trabalhadora, porque o camponês estaria fora do conjunto da realidade do trabalho.

Assim, as várias realidades sociais e geográficas vivenciadas pelo José da Silva são desconsideradas? Você nem perguntou para ele como ele se entende? O “cara” vai falar assim: “Eu tenho que pagar a água e a energia elétrica que vão me cortar, eu tenho que comprar arroz e feijão para a meninada e você vem perguntar o que eu sou? Eu sei lá o que eu sou: eu estou aí, lutando”.

Todavia, nós estamos tentando fazer as nossas análises, as nossas classificações, e, se nós estivermos preocupados efetivamente em compreender o que se passa no tecido social, as complexidades todas que povoam o tecido social, nós temos que dar conta dessas realidades, pequenas realidades que compõem uma escala, cada vez mais crescente, das grandes realidades.

O que é que efetivamente nós estamos conseguindo compreender dessa realidade que é constantemente modificada, em que tudo está acontecendo numa velocidade tamanha e com muita intensidade, ou nós estamos, efetivamente, “comendo bola”? Muitas coisas passam, vão passando, e eu estou dizendo isso a vocês, porque passam para mim também. Por mais que eu fale que nós temos que ficar atentos a todas essas complexidades que notamos nos textos, como conseguimos compreender esses desdobramentos que estão povoando a realidade do trabalho, da classe trabalhadora, todos os dias, e como podemos decodificar essa loucura toda para fazer com que a nossa linguagem seja ao mesmo tempo competente, para trazer essa pluralidade de relações e oferecer ao interlocutor condições para que se posicione criticamente?

Uma coisa é certa e, se eu tiver errado, por favor, vocês me corrijam: nós, como professores, quando entramos na sala de aula, podemos até dizer para os nossos alunos: “Olhem... eu estou aqui porque eu tenho pretensões de discutir com vocês uma série de questões, debater etc., e eu não estou muito preocupado se vocês vão concordar comigo ou não, pois eu entendo que têm que ter liberdade para pensar o que quiserem pensar, mas há algumas coisas que acabam escapando, por quê?” Porque nós não somos inocentes, estamos no meio dos conflitos, portanto, não dá para dizer que não queremos nada!

Eu quero ter a possibilidade e a liberdade para pensar o que eu quiser. Creio que aqui, na Federal da Paraíba, é exatamente o que acontece com a gente lá na UNESP, perdida naquele Pontal do Paranapanema: eu penso o que eu quero pensar, exatamente o que eu quero pensar eu penso, ninguém diz o que eu devo pensar, portanto, quando entramos na sala de aula, nós nos municiamos disso tudo, nós estamos querendo, sim, travar um debate, um diálogo, de igual para igual com o estudantado, que eles se sintam nessa relação de igual para igual, que eles participem com questões, para que eles tenham condições de rever seus posicionamentos, e que nós, nessa relação de aprendizado, tenhamos igualmente condições de rever os nossos posicionamentos.

Se tudo isso faz parte do nosso dia a dia, temos que ajudar a elucidar essas confusões todas, que muitas vezes não sabemos como classificar, como denominar e como traduzir do linguajar difícil de um livro, do linguajar difícil de um intelectual mais iluminado/erudito. Eu estou querendo dizer para vocês o seguinte: nós pesquisamos, mas nós somos professores, eu nunca me esqueço disso; nunca me esqueço de que eu sou um professor, de sorte que tudo isso que está acontecendo, no mundo do trabalho, a “desregulação, fragmentação, desefetivação, desrealização, informalização”, que deixa as pessoas confusas, nos leva efetivamente a sistematizar preocupações e os resultados de pesquisa, para

que nossos interlocutores possam de fato compreender essas materializações da reestruturação produtiva, o que nos obriga a mapear determinadas ocorrências, uma série de coisas que estão acontecendo no mundo do trabalho, que estão impactando as relações de trabalho. Tudo isso está produzindo uma série de desafios para os trabalhadores, para o movimento sindical, e eu quero decodificar tudo isso, a fim de fazer com que as pessoas possam entender o que é essa reestruturação produtiva do capital, o que é exatamente esse processo que, de norte a sul, em todos os quadrantes deste planeta, produz todas essas transformações.

Bem, imaginem se nós fôssemos começar “um papo” para tratar do toyotismo e taylorismo/fordismo, ou do taylorismo, fordismo, que interesse isso teria para as pessoas? Exceto para poucos, a grande maioria ficaria “boiando”, porque não é com isso que as pessoas estão lidando no dia a dia, e nós temos que saber exatamente decodificar essas realidades, pois somente assim poderemos viabilizar pesquisas e discussões, porque os temas e assuntos que fazem parte das nossas pesquisas são exatamente a realidade das pessoas. Isso por suposto, porque nós não inventamos a realidade – eu, pelo menos, não tenho capacidade para inventar realidade nenhuma, de modo que muitas vezes a gente imagina que, pelo fato de “dominarmos” um assunto, entendemos tudo sobre ele ou então que somos capazes de transformá-lo, contudo quase sempre não sabemos muito bem como nos comunicarmos com as pessoas, com os sujeitos/objetos.

Se eu não estiver enganado, muitas vezes nós temos condições, realmente, de estabelecer esse diálogo com as pessoas, sobre determinado assunto ou alguma especificidade que estudamos, mas, do ponto de vista dos mecanismos mais gerais, que estão de alguma maneira impactando a realidade do trabalho, já que as pessoas estão vivenciando isso também, qual é a nossa capacidade de estabelecer o diálogo? É exatamente isso que eu estou querendo dizer para vocês, ou seja, nós temos condições de extrair desses exemplos mais atuais: quando a gente fala de terceirização, é muito mais fácil para as pessoas entenderem hoje, mas quando estamos abordando o teletrabalho ou os setores mais tecnificados, mais modernizados do ponto de vista do sistema de produção, que a professora Ursula Huws denomina de cibertariado, que são os trabalhadores envolvidos na cibernética, no trabalho criativo, produzindo chips, softwares etc., fica mais difícil. Enfim, o que se constata é que é justamente nesse segmento onde hoje se registram os maiores indicadores de precarização do trabalho, porque geralmente os trabalhadores, via de regra jovens, não têm contrato de trabalho, as jornadas são extensas e normalmente são pessoas com alto nível intelectual de formação.

Na verdade, tudo isso que eu estou tentando falar para vocês, na prática, tem mobilizado energia, capital e provocado modificações e rearranjos, com mais ou com menos ênfase no cenário produtivo, deslocalização de empresas, realocação de empresas, migração de parques fabris inteiros, de um país para o outro, falando das maquiladoras etc, e atingindo duramente as diferentes realidades do trabalho, em escala mundial. E nós temos, conseqüentemente, um

conjunto variado, plural, amplo e de grande significado social, ambiental etc., sendo que, no limite, coloca-se o universo da despossessão, do desemprego, da desqualificação/superqualificação do trabalho.

Tudo isso acontecendo ao mesmo tempo, processos renovados de informalização do trabalho, mecanismos cada vez mais sofisticados que garantem a extensividade do trabalho. Então, você diz assim: “Poxa, será que esse ‘cara’ está falando coisa com coisa? Nós estamos em 2007 e ele está falando de mecanismos regressivos, de extensividade, de mais valia absoluta?” Sim, são novas ações, novos comportamentos, procedimentos que estão intensificando a ocorrência de uma série de ações, que desde um ponto de vista, desqualifica, num outro ponto superqualifica, num outro momento, numa outra atividade laborativa, prioriza a extensividade, de maneira que você conclui: “Aquela fração do trabalho necessário, que o fordismo, por exemplo, se empenhou em diminuir a partir do aumento da produtividade do trabalho necessário, agora está dizendo para mim que esse negócio já era, virou de ponta-cabeça?” É, virou de “ponta-cabeça” e foi reforçado, nessa essência mesmo; nós temos grandes significados e impactos quando a gente leva essa discussão específica do ponto de vista da teoria do valor, porque podemos concluir que estão dizendo que o trabalho acabou, não é verdade?

Há pessoas que estão dizendo que o trabalho acabou, inclusive Domenico Demais, que veio para o Brasil, fez várias palestras, cobrando em dólar, e vendeu aos quatro cantos que é o ócio que nós estamos vivenciando agora, século XX, o que é central na sociedade ocidental; essa coisa do trabalho escravo, da exploração do trabalho, isso aí é conversa para meia dúzia de loucos.

Na verdade, o que eu posso dizer para vocês é o seguinte: salvo engano, todas as pesquisas que eu tenho realizado, os demais resultados que eu tenho lido, livros, teses, os congressos de que tenho participado, as reuniões que tratam desses assuntos, ouvindo os demais pesquisadores que abordam o tema, tais como os professores Ricardo Antunes, Chico de Oliveira, Giovanni Alves, eu tenho visto que nunca se trabalhou tanto como se trabalha hoje no planeta. O que acontece é que a intensividade do trabalho, o exercício da superexploração do trabalho, ou os mecanismos que nos levam a imaginar que a extensividade do trabalho não é algo somente que se dá na planta fabril, mas em todos os ambientes de trabalho, ou a pensar das condições insalubres e extenuantes das diferentes modalidades de trabalho domiciliar.

Nesses casos, o capitalista se exime de toda a responsabilidade de arcar com a regulação social dos trabalhadores (mulheres, homens, crianças, idosos), as pessoas trabalham por produção, o que é outro elemento da barbárie, expediente do século XVII, sendo que tudo isso está sendo re-implementado com intensidade, nos quatro cantos deste planeta – não é só aqui no Brasil, não são somente os bolivianos e os peruanos que estão envolvidos no setor de confecção em São Paulo. Isso está ocorrendo no mundo inteiro e os resultados das pesquisas mostram (eu não estou falando nenhuma bobagem para vocês aqui) que nós

temos um conjunto de ações que vão se somando, que vão se superpondo, que redefinem o setor produtivo, o parque produtivo, e plantas fabris inteiras são desmontadas. No norte do Paraná, por exemplo, já há alguns anos e agora se intensifica, no setor mobiliário e de confecções, a terceirização do trabalho domiciliar, sendo esse um setor no qual essa prática produtiva se espacializa para todo o país, inclusive nas áreas metropolitanas, como Osasco e Carapicuíba, em São Paulo.

A amplitude do trabalho domiciliar é cada vez mais crescente, sobretudo no setor de confecções, mas as referências de análise têm que ser constantemente reavaliadas. O que nós entendemos como sendo teoria ou universo teórico conceitual, tem que estar sempre sendo objeto de autocrítica, porque, na maioria dos casos, nós não estamos conseguindo entender um punhado de coisas que estão acontecendo, já que adotamos com muita rigidez esses tais instrumentos teóricos que utilizamos e muitas coisas vão ficando. Todavia, nós nos autodenominamos entendedores da realidade do trabalho e sobre aquilo que a gente fala é preciso passar a régua. Eu vou dizer para vocês: eu não passo a régua em nada, porque muitas coisas de que nós estamos falando, não estamos compreendendo na íntegra, na totalidade de suas formas de expressão e complexidades.

Eu estou definindo todas essas questões como intemperismo social, o qual, na verdade, tem colocado uma série de desafios e, como se fala por aí, “a boca esquenta” e você fala assim: sabe o que acontece? É que a terceira revolução industrial pegou todos nós de surpresa, o que nós vamos fazer? Como não tenho como resolver os problemas da humanidade, eu vou me sentar, não é? E vamos deixar “a coisa rolar”... Tirando o efeito da brincadeira, o que eu estou querendo dizer para vocês é que os desafios de agora ultrapassam as nossas áreas de especialização e requerem que busquemos outros instrumentos intelectuais, teóricos para compreendermos as amplitudes e as complexidades do século XXI para o trabalho, para a classe trabalhadora.

É nesse cenário que se multiplicam ações e os desdobramentos da engenharia genética, nanotecnologia, transgênia, clonagem, microeletrônica, novas fontes de energia renovável como “bola da vez”, as mudanças de concepção, de organização do processo produtivo, sobretudo das indústrias de processo contínuo (setor químico, farmacêutico), as implicações do ponto de vista da readequação das formas de controle do trabalho, com conseqüências importantes e significativas para o desemprego etc. Tudo isso nos põe num constante desafio, isso não pára.

Tudo isso nos leva a algumas decorrências de pesquisa, produz inquietações, nos deixa com preocupações cada vez mais marcantes. A Emília há de concordar comigo: quando concluímos um projeto, fazemos um relatório e, lá pelas tantas, você pensa assim: eu estou escrevendo esse relatório aqui, mas a sensação que eu tenho é de que estou começando esta pesquisa, porque é agora que eu estou querendo começar a entender; a sensação é de que você não conseguiu entender

as 200 páginas que escreveu. Pelo menos isso bate constantemente para mim, só que não podemos ter medo de assumir essa limitação.

Outra dimensão desse assunto é o que já abordamos, no início desta apresentação, ou seja, a tomada de posição do pesquisador, do cidadão. Ela tem um significado muito amplo, não somente na pesquisa, mas se trata de uma tomada de posição que você tem em relação à vida. Porque não adianta você falar do trabalho e querer falar somente das 8 horas diárias de jornada. Devemos abordar um conjunto de outras faces e posições que são decorrentes. Nesse sentido, ser contra, por exemplo, o agronegócio, não significa dizer que eu sou contra a tecnologia: chegar à minha casa, juntar a máquina de lavar roupa, o videocassete e “descer o machado”, acabar com tudo, jogar o celular no vaso sanitário etc. Eu não estou defendendo essa tese, porém o que eu estou defendendo é que nós, a sociedade, a classe trabalhadora – e eu me entendo como classe trabalhadora – devemos compreender que a técnica, a tecnologia são instrumentos que podem estar a favor do trabalho, como não?

Se eu estou lutando para fazer a crítica qualificada e radical a essa sociedade, é porque eu estou preocupado em ajudar a construir outra e eu não quero ajudar a construir uma outra sociedade onde a gente não tenha, por exemplo, um final de semana para assistirmos, ao vivo, um jogo do Corinthians, tomarmos cervejas geladas. Ou ainda, deveríamos tomar cerveja quente, porque a geladeira é da General Electric e essa empresa faz parte do capital. Poderíamos ir mais longe e concluirmos que não deveríamos andar mais de carro! Nesse caso, você vai andar de quê? De ônibus, de coletivos lotados? Puxa vida... você não quer andar de carro porque é a Volkswagen, mas você está andando de ônibus que é da Mercedes, veja que tessitura complicada essa... Você vai fazer uma viagem para participar do Congresso da Via Campesina, mas vai de quê? De avião? Beleza, as turbinas são Rolls Royce, o avião da Boeing e o combustível da Shell: como é que você faz? E aí?

Assim, eu quero dizer para vocês o seguinte: Vivemos todos os dias em meio a essas confusões, que muitas vezes nos bloqueiam/dificultam entender a realidade mais próxima, contudo, eu acho que não vale a pena a gente polemizar em relação a isso, mas é nesse cenário complexo, carregado de contradições e de provocações constantes, que a gente é obrigado ou é chamado a tomar posições. A minha posição, que é expressa nas pesquisas, que é expressa nas minhas aulas, que é expressa no que penso e falo, ou no que eu penso e não falo, é de tudo isso, está colocado num conjunto de preocupações que me levam a transcender inclusive o próprio universo do trabalho, por que exatamente as preocupações vão poder fazer com que o que é pesquisa, o que é a vida, o que são as relações que compõem o dia a dia de cada um de nós, em particular o meu, tenham como horizonte a compreensão da classe trabalhadora. Para isso, nós temos que falar de tecnologia, da fome, nós temos que falar dos elementos de subjetividade que compõem o universo da classe trabalhadora, temos que ler os trabalhos de pesquisa que formulam de forma original idéias a esse respeito, para que possamos ajudar a compreender o que está acontecendo aqui, no Brasil.

O problema central não é, portanto, se o trabalho existe ou se não existe. O que é central é que as condições e as relações que fundam as condições de trabalho estão cada vez mais precarizadas, estão cada vez mais mexendo no núcleo central do trabalho, que, a princípio, para qualquer marxista ortodoxo, de carteirinha, é você restringir a classe trabalhadora (operária, proletária, enquanto sinônimos usuais) ao operariado fabril, daí estender seu entendimento para toda a sociedade. Só que nisso reside um desafio. Eu sou brasileiro e quero entender o Brasil, quero entender o que está acontecendo aqui, de sorte que não basta a gente se apegar às formulações teóricas originais que efetivamente são ricas e oferecem condições de “leitura”; todavia, com os ataques e os rearranjos promovidos pela reestruturação produtiva do capital, nossa capacidade de “leitura” é obliterada. Ergue-se um conjunto de limitantes, de componentes limitativos e você não consegue compreender as diferentes formas de expressão do trabalho apenas como operário, proletário.

Ora, se eu não consigo entender o trabalho, eu estou em crise também – e a gente não pode ter vergonha de falar que está em crise. O que eu estou querendo dizer para vocês, com todas as letras, é que nós temos que dar conta de sinalizar as preocupações teóricas que nós temos, fazer com que os assuntos de pesquisa me permitam entender e discutir a classe trabalhadora, considerando as mediações teóricas, políticas, geográficas etc., seja no campo, seja na cidade, com todas as limitações e as dificuldades que nós temos.

É por isso que eu não poderia me furtar a definir para vocês, nesta abordagem, que o que eu consigo compreender é que essa sociedade é a expressão mais pura e límpida do que defino como civilização da barbárie. Eu não tenho nenhuma vergonha de dizer para vocês que sou radicalmente contra a estrutura de poder, luto contra essa sociedade, tentando ajudar a construir outra sociedade. Muitas vezes, dizem assim: “Mas você está aqui, está enchendo a barriga, está gordo, é funcionário público, você é contra o Estado?” Claro que sou contra! Agora, esse ser contra tem que ser qualificado e eu o quero qualificar através das pesquisas, através daquilo que eu imagino que consigo contribuir com o debate.

Tratando dessa civilização da barbárie, vamos aos números, ou à barbárie em números: do total de 6,2 bilhões da população mundial, 3,2 bilhões vivem no campo, dos quais 70% são miseráveis. Ainda conforme a ONU, destes, 2 bilhões e 400 milhões de pessoas lavram a terra com as próprias mãos, 600 milhões com tração animal e 60 milhões com máquinas.

Assim, podemos notar os filtros e os gargalos da sociedade do capital. Estamos diante de uma pluralidade de situações, sendo claro que muito menos de 60 milhões de pessoas/trabalhadores fazem parte da produção tecnicizada, dos commodities, do mercado externo etc. Vejam a magnitude dos números; eles falam algumas coisas e a questão é que a gente não sabe entendê-los: 1,2 bilhões vivem com um dólar por dia, 3 bilhões com 3 dólares ao dia, números os quais nos levam a crer que deve ter alguma coisa de errada nisso tudo, pois, como compreender essa equação evidente de exclusão e pobreza, se, por outro lado, a

sétima parte da população mundial possui quatro quintos da riqueza, ou uma sétima parte consome quatro quintos? Ou, ainda, 72% das terras no Brasil estão sob o controle de apenas 2% da população. Não é brincadeira, os níveis das grandezas, eu acho que são impactantes e consomem 70% da energia global e 85% da madeira. Imaginem se estivéssemos levando em consideração a água, esses números seguramente teriam um impacto muito mais marcante e desafiador.

Portanto, os números têm muito a dizer. Se a gente pensa isso aqui na escala mundial, no que está acontecendo hoje, nós não poderíamos jamais retirar de pauta a política agrícola comum da União Européia, a PAC e tampouco a Farm Bill (política agrícola norte-americana)¹. São exatamente essas duas formulações, que, amarradas ao ordenamento da Organização Mundial do Comércio, às contradições e aos tensionamentos desse contexto, revelam a essência das disputas inter e intracapital. No entanto, são duas formulações que pensam, de forma mais ou menos homogênea, como fazer a regência do circuito produtivo e da comercialização e, conseqüentemente, de consumo de alimentos no planeta. Entretanto, não podemos deixar de registrar que apenas 10% do que se produz de alimentos no mundo é comercializado, percentual que acumula um conjunto de contradições, que desmobiliza, desestrutura, desenraiza – e geografizando mais a conversa – que desterreia (desterritorializa) constantemente milhões de famílias de trabalhadores em todo o mundo.

Bem, a esta altura você pensa assim: “Você está falando disso e eu estou querendo entender minha pesquisa de mestrado”. Desculpe-me, eu estou fazendo só um desenho para tentar polemizar a respeito da produção camponesa no circuito produtivo e, com isso, chamar-lhe atenção para o fato de que o capital intenta destruir e ao mesmo tempo subordinar a estrutura familiar camponesa, como sempre fez. Podemos definir que sempre tentou destruir e aquilo que não dá para destruir, subordina.

O que acontece é o seguinte: na escala como as coisas estão se dando, caminha-se para um agigantamento dessa realidade no mundo, de maneira que o agronegócio “pula de alegria”, em nosso país, porque, ao mesmo tempo em que essas coisas todas estão acontecendo, ele se beneficia, mas ele se beneficia por quê? Porque ele está mancomunado com a Cargill, com a Syngenta, enfim, com as grandes empresas que atuam no setor agro-químico-alimentício em todo o planeta.

Não há uma peculiaridade de atuar somente no Brasil e isso tem a ver com a política do Banco Mundial, aquilo que a gente chama de Reforma Agrária de mercado. Nesse sentido, uma coisa não está descolada da outra. Uma coisa é uma coisa, a outra coisa é a outra coisa, todavia elas são a mesma coisa: Até parece uma piada de mau gosto, mas é exatamente assim. O Banco Mundial tem uma formulação para aquilo que entende como escape, isto é, tem que ter escape, porque onde o tensionamento é muito grande no Brasil, dá-lhe Banco da Terra; o tensionamento está muito grande nas Filipinas, Banco da Terra neles e assim por

diante. É uma política formulada em nível mundial, claro que adaptada para as situações locais, mas isso está absolutamente vinculado à regência de dominação e de controle, que tem um pivô na Organização Mundial do Comércio (OMC), resultando nas linhas de liberalização ou não do comércio de determinados produtos, de determinados commodities, com as políticas, por exemplo, da PAC e da Farm Bill, que, ao mesmo tempo em que estão garantindo o rebaixamento cada vez mais acentuado dos preços, faz com que aqueles que continuam produzindo, na Europa, por algumas outras partes do planeta, nos Estados Unidos, na Argentina, no Brasil, estejam se beneficiando, porque exatamente essa queda dos preços facilita para quem compra.

E quem é que compra? São meia dúzia de quatro ou cinco, que pagam preços inferiores aos custos de produção; com toda essa escala de complexidade, que não é novidade para ninguém, essas coisas estão acontecendo, enquanto a agricultura familiar, apesar de todos os ataques, ainda continua viva. Isto é, responde por 60% da força de trabalho empregada na agricultura, 14 milhões de trabalhadores no Brasil, 75% dos estabelecimentos agrícolas, o que surpreende aqueles que imaginam que é o latifúndio que produz em nosso país, mas está provado que não e os dados estão disponíveis. O latifúndio é, na verdade, uma estrutura social, quinhentista, que mantém interesses de classe e ajuda a fazer com que o controle da propriedade privada da terra garanta o poder de decidir aos proprietários de terra, se vão colocar a terra à venda ou para produção ou não.

Todavia, para que possamos entender a dinâmica territorial do processo de concentração fundiária, expropriação de terras camponesas, é necessário que privilegiemos as contradições dos conteúdos das alianças políticas que se dão no âmbito dos setores hegemônicos. Nada mais ilustrativo que aquilo que se está territorializando no Pontal do Paranapanema, Oeste de São Paulo. Nessa região onde eu vivo, tem-se historicamente a presença do latifúndio à base da grilagem de terras e da espoliação de comunidades indígenas, de meeiros, arrendatários, que, pela pecuária extensiva, decadente, em pastagens degradadas, se lança, neste início de século XXI, a buscar legitimidade para regularizar a realidade das terras devolutas, por meio da aliança com os empresários agroindustriais canavieiros.

As terras públicas griladas, num passe de mágica, mudam de mãos, ao menos aparentemente, desde o ponto de vista das formas de uso, agora sob a mediação do negócio da cana-de-açúcar. O Pontal do Paranapanema, desde o ano de 2006, é a região de São Paulo na qual se registram os maiores avanços das plantações de cana-de-açúcar².

Estamos diante de um quadro que anuncia o crescimento do agronegócio da cana, pela via de uma aliança intercapital no campo, na qual o capital oferece para o latifundiário condições para legitimar algo que é ilegítimo e, desse modo, faz valer dos princípios legais para garantir o sucesso do negócio.

Esse quadro ganha incrementos quando atrelamos a ele a questão da produção de biocombustíveis, de combustíveis renováveis. Esse assunto, hoje em dia, desperta muita atenção das pessoas e nem sempre se consegue entender o que está se passando. O governo brasileiro saiu na frente, o governo do Estado de São Paulo também, inclusive com a propositura da associação dos pesquisadores das três universidades estaduais de São Paulo, a UNESP, a USP e a UNICAMP e mais os centros de pesquisa vinculados às secretarias de Estado, associados aos interesses do CNPq, com uma linha específica de financiamento para o agronegócio.

Na verdade, não estão “brincando em serviço”, porque há um conjunto de estimulações e ações que vem de todos os cantos. Vai caber a nós muita serenidade para pensarmos essas coisas. Então, agronegócio e biodiesel³ (mistura de gordura vegetal/animal ao álcool etílico) junta “a fome com a vontade de comer”. Em São Paulo, nas áreas de expansão recente da cana-de-açúcar, particularmente no Oeste do Estado, os empresários estão afirmando que não basta apostar na cana-de-açúcar, mas se deve horizontalizar investimentos capazes de incluir a produção de biodiesel, numa clara declaração de interesses em investir na produção, como definem, de bioenergia. Para tanto, defendem e já praticam o plantio de oleaginosas, nas áreas de reforma da cana. Segundo depoimento de empresário, durante trabalho de campo, foi-me assegurado o seguinte: “Nós vamos plantar pinhão manso, nós vamos plantar amendoim, vamos plantar girassol, exatamente, nós queremos fazer parte dessa equação da bioenergia”.

Inclusive várias agroindústrias canavieiras, em São Paulo, estão trocando de nome. Dessa forma, você não tem mais a Usina Santa não sei das quantas, agora é Unidade Agroenergética Santa não sei o quê. Mantiveram a santa ou o santo, porque deve apaziguar o coração voraz do capitalista que mais desrespeita a legislação trabalhista no Brasil.

Eu penso que vale a pena mergulharmos numa rediscussão desses problemas, a partir do que eu denomino de totalidade viva do trabalho. Precisamos trazer essa preocupação para o nosso campo, para debatermos teórica e politicamente, para ponderamos o que estamos conseguindo entender disso tudo, como forma de fortalecermos nossos posicionamentos no debate público, na continuidade das pesquisas e nas instâncias de organização política.

Tudo isso eleva ainda mais nossas responsabilidades, pois é necessário entender a realidade do trabalho; para tanto, temos que revitalizar nossos aprendizados. Para retomar o que já discutimos anteriormente, mas com o intuito de fechar nossa contribuição, quero ponderar a respeito do conceito de plasticidade do trabalho, que é uma discussão que está presente nos nossos textos, com destaque para o que foi publicado no livro *Geografia e Trabalho no Século XXI*, volume II. Bem, nós temos um conjunto cada vez mais variado, constante e ininterrupto de formas de realização do trabalho, porém não estamos conseguindo captar isso nas pesquisas, de modo que, quando falamos das diferentes situações do trabalho, estamos abordando coisas pela metade e o desafio, portanto, é

podermos compreender o que é ser camponês, ser operário e não exatamente priorizar as áreas de especialização. Isto é, se eu sou especialista em agrária, eu vou defender esses pressupostos, ou se eu sou especialista em urbana, vou apostar nas formulações tais e quais.

As áreas de especialização levam muitas vezes à dificuldade de comunicação entre as realidades do trabalho, contudo, as áreas de especialização existem e não são um mal em si. É um desafio muito grande para nós e eu acho que, do ponto de vista da Geografia, é possível a gente abraçá-lo. Existe uma fragmentação da práxis teórica e muitas vezes não conseguimos assumir isso, tampouco reconhecer diante dos meus colegas que eu não tenho condição de entender uma situação ou um fato que eu pesquiso há vinte anos; o que eles vão achar de mim?

Se uma pessoa me confessar isso, eu vou dizer-lhe: “Você é um cara humilde, está tentando aprender, parabéns para você”. E eu falo para vocês, com todas as letras: Num país como o Brasil, na minha opinião, não há como compreender – eu, pelo menos, tenho muita dificuldade em entender, por exemplo, que a Reforma Agrária é algo restrito ao camponês, ou aos assuntos que têm a ver diretamente com o campo, ou que a Reforma Agrária é algo que tem a ver com quem está no campo, de sorte que nós, que estamos na cidade, podemos lavar as mãos. Apesar de ter mais dúvidas do que certezas, eu estou convicto, do ponto de vista científico, geográfico e político, de que isso é um equívoco. Exatamente porque uma coisa é uma coisa e, apesar de a outra coisa ser a outra coisa, essas coisas todas são a mesma coisa, pois a síntese desse processo que redefine constantemente os conteúdos e os significados do trabalho, no Brasil, recai sobre os significados, conteúdos, territorialidades e composição da classe trabalhadora. Vencer esses limites significa romper com as amarras que nos impossibilitam enxergar as complexas tramas que redefinem a realidade do trabalho na contemporaneidade.

Nessa perspectiva, a título de exemplo, o que se formula em nível internacional, em termos de Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio e essas coisas todas convergindo entre si, estabelecendo políticas gerais de formas de produção, circulação, regras e normas para comercialização dos produtos agrícolas, seria um desafio intelectual não admitirmos isso.

Dessa forma, eu penso que a geografia tem muito a contribuir para compreendermos esse assunto e, na minha opinião, nós temos que agregar cada vez mais nas nossas pesquisas as críticas à sociedade do capital e exaltar os fundamentos da sociedade que pretendemos ajudar a construir. Por isso, temos que apostar sempre no que pensamos, temos que saber defender nossas idéias. Assim, quero continuar apostando na agricultura familiar, na Soberania Alimentar atrelada à Reforma Agrária⁴, como instrumentos de superação das amarras do capital, propugnar por políticas capazes de garantir que o que se produz e o que se come no país, seja uma decisão do povo, que não seja uma decisão do capital e do Estado, por exemplo, desses *foods* todos que estão por aí.

E eu arremato dizendo para vocês que é possível repormos na pauta novas formas de uso e exploração do território. No fundo, o difícil não é a gente falar isso tudo, mas sim nos envolvermos para fazer com que isso tenha algum significado, acreditando numa sociedade livre e solidária para além do capital, que seja algo próximo das mãos. Eu não poderia perder a oportunidade, estando aqui, de apresentar a vocês algumas idéias e me colocar à disposição para o debate.

Muito obrigado pela atenção e paciência!

Presidente Prudente, janeiro de 2007.

Notas

¹ A esse respeito, pudemos produzir dois textos de reflexão, resultado de pesquisa que realizamos durante estágio pós-doutoral, junto à Universidade de Santiago de Compostela, para o qual contamos com o apoio do CNPq. Ver, de nossa autoria: 1) Os Rearranjos do Capital e o Trabalho no Campo no Século XXI: Uma tentativa de compreensão dos casos espanhol, galego e brasileiro. In: A Questión da Terra na Península Ibérica e na Iberoamerica: Actualidades e Desafios. THOMAZ JÚNIOR, A.; SILVA, O. A. (Orgs.). Santiago de Compostela: Index, 2007. (no prelo); 2) Terra e Trabalho no Contexto da Luta de Classes (Reflexões Introdutórias sobre os casos da Espanha e Galícia). In: THOMAZ JÚNIOR, A.; ANDRADE, M. G. (Orgs.). Geografia e Trabalho no Século XXI, Volume III. Presidente Prudente: Editorial Centelha, 2007 (no prelo).

² A esse respeito, ver, de nossa autoria, Agronegócio Alcoolizado e Culturas em Expansão no Pontal do Paranapanema! Legitimação das Terras Devolutas e Neutralização dos Movimentos Sociais. Versão resumida: Anais: III Jornadas de Estudos em Assentamentos Rurais. Anais: Feagri/Unicamp, Campinas, 2007. Versão completa: www.prudente.unesp.br/ceget/download.

³ A esse respeito, ver, de nossa autoria: Não há nada de Novo sob o Sol num Mundo de Heróis! (A Civilização da Barbárie na Agroindústria Canavieira). Presidente Prudente, Pegada, V. 8, N.2, 2007.

⁴ A esse respeito, ver, de nossa autoria, Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar: Elementos para Recolocar o Debate da Luta de Classes no Brasil. Versão resumida: IX Colóquio de Geocrítica. Anais. Porto Alegre, 2007c. Disponível: <http://www.ub.es/geocrit/9porto/thomaz.htm>. Versão completa: www.prudente.unesp.br/ceget/download.

Contato com o autor: thomazjrgeo@stetnet.com.br

Recebido em: 04/10/2007

Aprovado em: 02/02/2008